**ACÓRDÃOS 2ª CPJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 434803
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS - TARF
SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO**

ACORDAO N.3197- 2a. CPJ. RECURSO N.6886 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 10201051000025-7) CONSELHEIRA RELATORA: LUIZA HELENA MELO DE MENDONCA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser declarado nulo o Auto de Infração quando comprovado nos autos que o contribuinte teve seu direito de defesa cerceado por vício formal, pela ausência de indicação do período objeto da atuação. 3. Decisão em Preliminar pela Nulidade do AINF, sem prejuízo do seu refazimento nos termos do art. 173, II do CTN. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 03/09/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 03/09/2012.VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Hélder Botelho Francês pela rejeição da preliminar de nulidade, uma vez caracterizada a natureza da infração.

ACORDAO N.3198- 2a. CPJ. RECURSO N.7338 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 022011510000139-5) CONSELHEIRA RELATORA: LUIZA HELENA MELO DE MENDONCA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de não conhecimento por ausência de decisão contrária e interesse da Fazenda rejeitada por maioria, voto contrário do Conselheiro Hélder Botelho Francês. 3. Nulo é o AINF quando restar comprovado nos autos que o direito de defesa do contribuinte foi cerceado. 4. Em preliminar para ratificar a decretação de nulidade do AINF, mantendo a decisão singular. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 03/09/2012. DATA DO ACÓRDÃO:03/09/2012. ACORDAO N.3199- 2a. CPJ. RECURSO N.6888 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 01200851000018-7) CONSELHEIRA RELATORA: LUIZA HELENA MELO DE MENDONCA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Descaracterizada a operação de devolução de mercadorias por falta de atendimento dos requisitos previstos na legislação impõe a cobrança do ICMS e cominações legais. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/09/2012. DATA DO ACÓRDÃO:05/09/2012.

ACORDAO N.3200- 2a. CPJ. RECURSO N.6922 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372010510005586-9) CONSELHEIRO RELATOR: LAURO DE MIRANDA LOBATO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deixar de recolher a antecipação especial de ICMS relativa à operação interestadual de mercadoria para comercialização, no ato da entrada em território paraense, na situação de ativo não regular, constitui infringência à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/09/2012. DATA DO ACÓRDÃO:05/09/2012.

Acórdão n. 3201 - 2ª cpj, RECURSO N. 6924 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 012011730013173-2). CONSELHEIRO RELATOR: LAURO DE MIRANDA LOBATO. EMENTA: 1. ICMS – SIMPLES NACIONAL. 2. Constitui fundamento para exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, a constatação pela fiscalização de trânsito, de que a empresa estava realizando operações de saída de mercadoria sem a emissão do documento fiscal. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05.09.2012. DATA DO ACÓRDÃO: 05.09.2012.

**SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 434822
PORTARIA: 1122/2012**

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
CLEONICE CARVALHO DE SOUZA VENANCIO AGENTE ADMINISTRATIVO 0513861201

Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor

04129136526470000	0144000000	339030	985.00
04129136526470000	0144000000	339039	150.00

Observação: CERAT - ALTAMIRA

Ordenador: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA LEAL

**SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 434838
PORTARIA: 1123/2012**

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
MARIA DO SOCORRO TEIXEIRA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO 000181301

Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor

04129136526470000	0144000000	339030	1,260.00
-------------------	------------	--------	----------

Observação: CERAT - CAPANEMA

Ordenador: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA LEAL

**ACÓRDÃOS 1ª CPJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 434852
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS - TARF
PRIMEIRA CÂMARA**

ACORDAO N.2952- 1a. CPJ. RECURSO N.6447 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092008510001985-5) CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em decadência, quando o lançamento de ofício foi formalizado dentro do prazo quinquenal previsto no art. 173, inciso I do Código

Tributário Nacional - CTN. 3. Na forma do art. 149, inciso I, do CTN, combinado com o art. 13 da Lei n. 6.017/96, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - é lançado de ofício. 4. Não há que se falar em prescrição sem crédito tributário definitivamente constituído. 5. Deve ser mantida a decisão singular quando fundamentada na legislação tributária combinada com a específica ao caso. 6. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando lavrado na forma como determinam os §§ 1º e 5º do art. 12, da Lei 6.182/1998, não havendo assim violação ao princípio da legalidade. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 7. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa condição a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 8. Para efeito de transferência da responsabilidade tributária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, necessário se faz que o alienante formalize a transferência de propriedade por meio do documento próprio junto ao órgão competente. 9. Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes (CTN, art. 123). 10. A falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 11. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/08/2012. DATA DO ACÓRDÃO:27/08/2012.

ACORDAO N.2953- 1a. CPJ. RECURSO N.6449 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092008510002416-6) CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em decadência quando o lançamento de ofício foi formalizado dentro do prazo quinquenal previsto no art. 173, inciso I do Código Tributário Nacional - CTN. 3. Na forma do art. 149, inciso I, do CTN, combinado com o art. 13 da Lei n. 6.017/96, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - é lançado de ofício. 4. Não há que se falar em prescrição sem crédito tributário definitivamente constituído. 5. Deve ser mantida a decisão singular quando fundamentada na legislação tributária combinada com a específica ao caso. 6. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando lavrado na forma como determinam os §§ 1º e 5º do art. 12, da Lei 6.182/1998, não havendo assim violação ao princípio da legalidade. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 7. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa condição a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 8. Para efeito de transferência da responsabilidade tributária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, necessário se faz que o alienante formalize a transferência de propriedade por meio do documento próprio junto ao órgão competente. 9. Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes (CTN, art. 123). 10. A falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 11. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/08/2012. DATA DO ACÓRDÃO:27/08/2012.

ACORDAO N.2967- 1a. CPJ. RECURSO N.6443 - RECURSO DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 042007510000180-2). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de Primeira Instância que após diligência, exclui do crédito tributário valores comprovadamente indevidos. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2012. DATA DO ACÓRDÃO:31/08/2012. A Secretária Geral torna público que a 1ª CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO julgou os recursos VOLUNTÁRIOS abaixo com a seguinte Ementa:

ACORDAO N.2954- 1a. CPJ. RECURSO N.6837 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000238-9.

ACORDAO N.2955- 1a. CPJ. RECURSO N.6839 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000220-6.

ACORDAO N.2956- 1a. CPJ. RECURSO N.6841 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000245-1.

ACORDAO N.2957- 1a. CPJ. RECURSO N.6843 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000224-9.

ACORDAO N.2958- 1a. CPJ. RECURSO N.6845 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000221-4.

ACORDAO N.2959- 1a. CPJ. RECURSO N.6847 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000240-0.

ACORDAO N.2960- 1a. CPJ. RECURSO N.6849 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000228-1.

ACORDAO N.2961- 1a. CPJ. RECURSO N.6851 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000231-1.

ACORDAO N.2962- 1a. CPJ. RECURSO N.6853 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000234-6.

ACORDAO N.2963- 1a. CPJ. RECURSO N.6855 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000235-4.

ACORDAO N.2964- 1a. CPJ. RECURSO N.6857 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000232-0.

ACORDAO N.2965- 1a. CPJ. RECURSO N.6859 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000237-0.

ACORDAO N.2966- 1a. CPJ. RECURSO N.6861 - PROCESSO/AINF N.: 032009510000227-3. CONSELHEIRO RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Na forma do art. 40, inciso III do Decreto 3.578/1999, não se conhece do recurso quando lhe faltar demonstração de causa fática que o justifique. 3. Recurso não conhecido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/08/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2012. VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento do recurso.

**ACÓRDÃOS PLENO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 434859
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS - TARF
PLENO**

ACORDAO N.380- PLENO. RECURSO N.140 - DE RECONSIDERAÇÃO (PROCESSO/AINF N.: 032008510001237-9) CONSELHEIRA RELATORA: LUIZA HELENA MELO DE MENDONCA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A resposta a título de orientação, cujos autos não tenham sido recepcionados como Consulta Fiscal, não produzem os efeitos jurídicos desta. 3. O art. 155, §2º, inciso X, alínea 'a' restringe esse favor tributário apenas à operação de saída de mercadoria do estabelecimento exportador com destino ao comprador estrangeiro, ou, no caso dos serviços, a sua prestação efetiva a tomador com sede ou residência fora do território nacional. 4. Nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Estadual nº 5.758/93, com redação dada pela Lei Estadual nº 6.307/2000, a desoneração do pagamento do imposto, quando da exportação, diferido na forma do art. 1º da mesma lei, aplica-se aos produtos ali enumerados. 5. Consoante disposição do Código Tributário Nacional, art. 111, inciso II, "interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção". 6. É devido o ICMS Sobre Serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de mangas anterior à exportação do precitado produto. 7. Emitir documento fiscal relativo à prestação tributada, como não tributada, sujeita o infrator às cominações legais, independentemente do imposto devido. 8. Recurso de Reconsideração conhecido e improvido. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/08/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 21/08/2012. VOTOS CONTRÁRIOS: dos Conselheiros Carlos Francisco de Sousa Maia, Daniel Nunes Lopes, Sebastião de Oliveira Campos e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso.

ACÓRDÃO Nº 381 – PLENO, RECURSO Nº 07 – REVISÃO DE OFÍCIO (PROC. Nº 282010730000323-1/AINF Nº 012008510001930-9). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS – Auto de Infração. 2. Deve ser reconhecida a improcedencia do AINF, quando comprovado nos autos que o contribuinte não está obrigado a entregar DIEF, por ser optante pelo Simples Nacional. 3.Revisão de Ofício conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/08/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 21/08/2012.

**PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 434866**

PORTARIA N.º201204002678, DE 11/09/2012 - PROC N.º 2012730019034/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Fabio Regateiro da Silva – CPF: 766.833.202-25

Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO WEEK ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17301MA4299088

PORTARIA N.º201204002679, DE 11/09/2012 - PROC N.º 2012730018921/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Marcos Benedito Silva Almeida – CPF: 299.950.602-30

Marca/Tipo/Chassi
VW/FOX 1.6 GII/Pas/Automovel/9WBW05Z8B085760

PORTARIA N.º201204002680, DE 11/09/2012 - PROC N.º 2012730018610/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Estanislau Colares Nobre – CPF: 670.787.534-53

Marca/Tipo/Chassi
VW/PARATI 1.6/Pas/Automovel/9WBWB05W1CP008423

PORTARIA N.º201204002681, DE 11/09/2012 - PROC N.º 2012730019087/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Daniel da Silva Bonnetterre – CPF: 572.897.002-87

Marca/Tipo/Chassi
FIAT/DOBLO ADV 1.8 FLEX/Pas/Automovel/9BD119409D1097558

PORTARIA N.º201204002682, DE 11/09/2012 - PROC N.º 2012730017969/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2012

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01